

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO SOBRE A FEIRA DE PETRÓPOLIS

Às dezoito horas do dia vinte e dois de maio de dois mil e dois, no Plenário da Câmara Municipal de Ouro Preto, realizou-se a Audiência Pública supracitada que foi presidida pelo Vereador Jarbas Eustáquio Avellar, presidente da Comissão de Administração e Serviços Públicos. COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO: Dr. Márcio Abud, representante da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Ouro Preto; o Sr. Oscar, presidente do CDL de Cachoeira do Campo; o Dr. Alexandre, assessor jurídico da Câmara Municipal de Itabirito, aqui como advogado do CDL; Vereador Gleiser Boroni; Vereadora Maria Regina Braga; Vereador Wanderley Rossi Júnior Kuruzu, Vereador Sinval Augusto. Foi justificada a ausência do Presidente da Associação Comercial que não pôde comparecer tendo em vista estar acompanhando Caravana de Empresários de Ouro Preto para o Salão de Oportunidades do Sebrae. O Presidente cumprimentou a todos, comunicando-lhes que o Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto constituiu Comissão a pedido da Associação Comercial e Clube de Diretores Lojistas de Cachoeira de Campo para estudar e dar parecer sobre o assunto "Feira de Petrópolis vem se instalando no Município de Ouro Preto. Falou que ele foi nomeado membro dessa Comissão e dois dos membros da mesma entenderam que seria melhor promover uma Audiência Pública pela Comissão de Administração e Serviços Públicos. Sendo assim essa Comissão reunindo-se aqui hoje fará o relatório que será encaminhado ao Presidente da Câmara para as providências necessárias. Inicialmente, o Dr. Márcio Abud fez a seguinte explanação a respeito do assunto: falou que entregaram ao Vereador Jarbas mais um ofício da Associação, dentre muitos que já mandaram a várias autoridades com uma série de documentos e de dados levantados; verificou que o primeiro ofício enviado com relação ao assunto foi em maio de mil novecentos e noventa e cinco, há sete anos, dirigido à fiscalização da Prefeitura pedindo para dar uma olhada na questão. Fez algumas considerações acerca da Feira: com a vinda da mesma para Ouro Preto começaram as mazelas deles com a feira; desde noventa e cinco enviam ofícios às autoridades e esses têm surtido poucos efeitos; sabem que a fiscalização já esteve na feira, inclusive do Ministério do Trabalho, algumas poucas vezes encontram regularidades, mas cada uma dentro da sua alçada, tomam medidas que devem tomar, porém a feira continua por obter alvará; todas as autoridades com as quais conversam, são unânimes em dizer que eles têm a parte que podem fazer dentro da jurisdição, mas desde que a feira tenha alvará, eles não podem fazer nada; perceberam que há várias leis de algumas cidades que regulamentam tais feiras, sendo que as cidades perceberam o prejuízo que essas feiras causam ao comércio, ao emprego e à própria arrecadação e começaram a promulgar leis. Citou 05 exemplares de leis de cidades diferentes que regulamentam a realização da Feira, trazendo uma série de exigências que a Feira tem cumprir para ficar uma concorrência paritária com o comércio local. Nas cidades, em que a Lei foi regulamentada, as feiras diminuíram. Segundo ele, quando elas têm que adequar à legalidade, fica muito difícil. Falou de situações irregulares que ocorrem na Feira como: peças falsas, camisetas da campanha de prevenção ao câncer de mama, etc. Falou que a concorrência das feiras é algo totalmente descabida com o comércio local que paga impostos, tem funcionários, entre outras coisas, ou seja, não é no mesmo nível e é isso que estão trazendo à apreciação da Câmara a fim de que Ouro Preto também consiga ter uma lei como as outras cidades têm. Disse também que a firma responsável pela feira em nenhum dos endereços que consta no Contrato Social da mesma, ela está estabelecida de fato. Todos os endereços que constam no contrato dela, têm outros comércios funcionando. O endereço dela de Ouro Preto, até a presente data, é a rua Padre Rolim que a inscrição estadual está bloqueada pela receita estadual e já há documentos oficiais comprovando isso. Dr. Alexandre, advogado da CDL, falou que não poderia deixar de lembrar que existem duas classes: a dos fornecedores e a dos consumidores. Todos são povo. Disse que se fala muito da ilegalidade da Feira. Mas pediu para olharem isso de um outro lado, que ela tivesse um escritório fixo e que os comerciantes emitissem a nota fiscal, tivesse alvará legalizado e com a situação na receita estadual legalizada. Ainda assim, a Feira é nociva ao comércio local, pois não gera emprego na cidade, todo dinheiro arrecadado não fica na cidade, faz com que diminua o movimento no comércio. Falou que Ouro Preto tem que defender os interesses locais. Lembrou que na Constituição da República diz que o município legislará sobre o interesse local naquilo que lhe couber. Citou isso

porque, segundo ele, alguém já lhe havia passado a informação de que impedir que a Feira se estabeleça no Município não é legal, é inconstitucional. Disse que é ao contrário, pois a autorização dada pelo Prefeito através do alvará é um ato administrativo discricionário. Pode ser feito se ele bem entender a bem do interesse local. Segundo ele, a lei que regulamenta pode regulamentar sim, inclusive regulamentar com períodos em que as feiras itinerantes possam se estabelecer no Município. Isso foi feito em Itabirito, Belo Horizonte e São João Del Rei. Então, deve-se continuar a luta e o caminho é esse mesmo porque a forma mais fácil é a legal. O Vereador Gleiser Boroni leu um requerimento feito por ele em quatorze de agosto de dois mil e um, solicitando ofício ao Sr. Virgílio Cota, Secretário Municipal da Fazenda, a fim de que o mesmo enviasse ao Legislativo informações sobre alguns assuntos relativos ao estabelecimento da Feira de Petrópolis em Ouro Preto. Falou que vinham mantendo contatos com a Associação Comercial e esperavam o momento em que os comerciantes se mobilizassem para dar um suporte à Câmara no que se refere a esse assunto. Falou também que existe um clamor popular pela feira, já que essa possui produtos baratos, mas entendiam que a duração de muitos produtos é baixa. Disse: estar disposto a aceitar uma proposta dos comerciantes para que se regulamente a instalação da Feira; não podem proibir, mas podem criar artifícios em que a concorrência com o comerciante local seja leal. Vereador Wanderley Rossi Júnior Kuruzu disse que tem que o Executivo tem que assumir o papel dele na questão senão as palavras ficaram ao léu. O Vereador Jarbas esclareceu que o Executivo já se manifestou solicitando aos comerciantes que, através da Câmara, enviasse um Projeto de Lei que ele estaria apto a aprová-lo imediatamente. O Vereador Wanderley Rossi Júnior Kuruzu falou que se o Executivo se dispor a fiscalizar já é uma boa coisa. Leu uma declaração de uma pessoa do Departamento de Receita em que a pessoa retrucou dizendo que para a expedição do alvará é irrelevante a situação do interessado junto aos outros entes públicos federal ou estadual, bastando apenas declinar o endereço onde pretende operar e o ramo da atividade. Falou que não sabia se esse procedimento estava correto. Vereador Jarbas falou que o tema do assunto não é bem o Executivo, o tema é o Legislativo. Vereador Wanderley Rossi Júnior Kuruzu disse querer dizer o que pensa e que estavam aqui para colaborar, mas são iniciativas que o Executivo precisa ter também. Farão o que lhes cabe enquanto membros do Legislativo, porém fiscalizar não lhes cabe. Isso cabe ao Departamento de Fiscalização da Prefeitura. Vereadora Maria Regina Braga falou que é óbvio que os Vereadores não podem ficar contra os comerciantes de Ouro Preto porque parte do princípio que são eles que geram emprego e impostos para o Município, mas por outro lado havia um clamor muito grande em favor da feira por causa do preço. Sugeriu acharem um caminho alternativo em que pudessem atender às duas coisas. Márcio Abud disse que estão cumprindo as etapas que lhes foram determinadas, mas precisa ver se tinha populares ou alguma entidade para que pudessem se manifestar. Fez um simples relato do comércio de Ouro Preto com a finalidade de dizer que o consumidor deve fazer pesquisas a fim de encontrar o melhor preço, pois se o fizer, vai encontrar preços bons e boas mercadorias. Sr. José Herley Rodrigues fez comentários acerca das palavras do Vereador Wanderley Rossi Júnior Kuruzu. Achava que não se podia olhar o preço, mas sim a qualidade e que ele, enquanto comerciante, gerava emprego e pagava impostos. Falou que o comércio dos comerciantes de Ouro Preto está aqui o ano inteiro para que uma pessoa possa trocar mercadorias com um prazo estabelecido se a compra vier com um defeito. Isso não acontece com os produtos da feira. Vereador Jarbas Eustáquio fez o seguinte comentário; que o Vereador Wanderley Rossi Júnior Kuruzu não era contra os comerciantes conforme o Sr. José Herley falara, segundo ele, o Vereador concorda em benefício da formação de empregos pelo comércio local. Falou que entendia pela colocação do Vereador é que o mesmo entendia que o Executivo deveria fiscalizar mais. Sr. Manuel Jesus da Silva fez as seguintes considerações: uma cidade forte depende de um comércio forte; se deixar as divisas do Município esvair, vão ficar na miséria; os preços de mercadorias dependem de procedência, tributação; pode-se estar sendo receptores de produtos roubados através desta Feira; o desemprego é gritante após a Feira; a autorização dada para o funcionamento da Feira não é dada ao ouropretano que no Carnaval quer transformar o comércio normal em pequenos bares para melhorar a arrecadação, ter ameaçado o alvará dele; as feiras estão a bel-prazer, a não ser que vão abrir mão para todo ouropretano...(virou-se a fita). Marlene, presidente da Associação de Moradores da Vila Aparecida, falou que essa feira que vem para Ouro Preto não é de Petrópolis. É uma feira de Belo Horizonte. Segundo ela, é uma propaganda enganosa que foi feita dentro da nossa cidade. Sugeriu aos comerciantes de Ouro Preto, se possível, porque é do agrado de muitas pessoas essa feira de Belo Horizonte por causa do preço. Outra correção feita por ela diz respeito à troca de mercadorias. Se a mercadoria estiver estragada, no mês seguinte eles trocam. Disse

estar a favor do comércio para melhorar, para ter emprego, mas ao mesmo tempo queria pedir aos comerciantes de Ouro Preto, se houvesse possibilidade, que eles fizessem uma feira entre eles também com o poder mais acessível para as pessoas. Michele falou, como funcionária, que seu emprego depende dos comerciantes e que a população fica a favor da Feira desde que ela não saiba o mal que a feira traz porque se a pessoa humilde não tem emprego não tem como ajudar em casa. Sr. Gilmar, representante dos Jovens de Ouro de Cachoeira do Campo, fez as seguintes considerações: o Programa Jovem de Ouro tirou várias pessoas da rua; grande parte dos jovens do programa é de família humilde; se a feira continuar o desemprego vai aumentar muito e os primeiros a se prejudicarem serão os jovens de ouro. Rita, comerciante de Cachoeira do Campo, falou do porquê de ter entrado no Movimento, pois quando a Feira esteve em Cachoeira do Campo, ela parou o comércio local. Falou que a paralisação do comércio leva a pensar que não é só a questão do produto da feira ser mais barato. Tem que se pensar que a pessoa vai à feira, faz as compras e os donos dos comércios locais ficam sem receber. Citou um exemplo dessa situação pela qual passou. Mariana, comerciante de Ouro Preto falou que esteve pessoalmente na Feira e ficou revoltada ao ver a Feira cheia de pessoas e o comércio local vazio. Além disso, ao ir à feira, foi a todas as barracas, comprou várias roupas, mandou-as para várias empresas, teve laudo de todas empresas e recebeu a informação de que todas as roupas eram falsificadas. Teceu comentários sobre os supostos locais em que a feira está estabelecida. Nenhum dos locais foram confirmados, logo a feira está ilegal. Falou que as pessoas não podem contribuir com essa ilegalidade, pois pagam impostos, tributos, funcionários. Segundo ela, tem que haver fiscalização e, se a feira quiser funcionar em Ouro Preto, que ela funcione dentro da legalidade e amparada por uma lei que a regulamente porque assim ela concorrerá de igual para igual com todos os outros comerciantes. O Vereador Jarbas perguntou se a coordenadora da Feira de Petrópolis se encontrava presente. A resposta foi negativa. Claudete Gomes, funcionária de uma loja, disse que trabalha numa loja através de um extra feito no Natal. Esperava ter um salário melhor no final do ano. No entanto quando chega a época do Natal, quando pensa que o comércio vai ficar movimentado, quebra a cara porque as pessoas vão à feira, acham que os produtos são mais baratos, a qualidade é igual e compram. Com isso o funcionário do comércio local acaba ficando no prejuízo. O vereador Jarbas Avellar teceu alguns comentários sobre as considerações feitas e elegeu as palavras da Sra. Marina e da Sra Rita pelo fator gerador de emprego que foi alegado pelo que as duas disseram. Falou que a atividade da Feira é "marginal", pois anda à margem da lei parecendo estar legal, mas ao mesmo tempo não está legal. Falou que constatou, através de um laudo de constentação, que achou a documentação apresentada pelos comerciantes muito importante. Leu um laudo inserido na documentação que se tratava de uma peça encaminhada para análise que na conclusão é dada como falsificada. Falou que não entendia o porquê da pessoa ter o alvará sobre sua responsabilidade para venda de mercadorias através da feira e de repente as vendas que são indevidas, ela comparece ao PROCON e diz não ter responsabilidades sobre as mesmas. Acreditava que não há como fazer concorrência com esse tipo de comércio. Achava que as feiras autênticas e organizadas de forma legal são inconstentáveis, quando são totalmente legais. Contudo, todo empreendimento marginal, deve ser ressachado. Falou que as pessoas que vivem do comércio local estão a mercê dessa feira, porque os produtos que deixam de ser vendidos no comércio local de forma legal para inclusive recolher impostos a serem vendidos na FERIA de forma ilegal, realmente estão trabalhando no sentido de trazer mais desemprego. Segundo ele, tem que se lutar para que o emprego não acabe e ainda para criar uma forma de permanência do emprego. Falou que a documentação apresentada pelos comerciantes é farta e que ele estava perplexo com as irregularidades praticadas em nome dessa firma que promove essa Feira. Portanto, já estavam vendo a propriedade dessa Audiência Pública no sentido de caracterizar realmente a legalidade ou não da Feira de Petrópolis. Falou também que o Vereador Walter trouxe a lei de Itabirito na Comissão de Legislação, Justiça e Redação da qual o mesmo é membro e apresentou tal legislação que foi discutida, sendo que a mesma foi bem recebida na Câmara Municipal de Ouro Preto. O Vereador falou que tinha a certeza de que todos os presentes teriam uma resposta positiva. Acreditava que o local certo para que os comerciantes obtivessem êxito nessa caminhada para impedir essa feira ilegal realmente seja a Câmara Municipal. Estava certo de que a Câmara, de um modo geral, vai trazer um respaldo para esse assunto. Vereador Wanderley Rossi Júnior Kuruzu primeiramente clareou o mal entendido exposto pelo Sr. Herley, pois, segundo ele, havia cobrado apenas que o Executivo cumprisse o papel dele de fiscalizar. (...) Virou-se a fita. Falou que havia apenas chamado a responsabilidade do Executivo. Falou que na relação de compra e venda e de comércio, deve-se falar de quatro setores

envolvidos neles: os comerciantes, os comerciários, os consumidores e o Poder Público, sendo importante a organização desses segmentos. Disse que queria "puxar as orelhas" dos comerciantes porque se vê em Ouro Preto uma Associação Comercial que muitas vezes fica no ombro de duas ou três pessoas. Do ponto de vista do Vereador, os comerciantes suficientemente organizados. Com relação à Feira de Petrópolis, ele disse que é importante os comerciantes se organizarem, mas com relação ao turismo também é importante se organizar. Disse que há também outros setores com os quais a Feira de Petrópolis não concorre, em que uma política competente, por exemplo, com o turismo, geraria empregos, rendas, etc. Falou que queria discutir a Feira de Petrópolis, mas gostaria de discutir outros outros setores do comércio também. Vereador Jarbas Eustáquio fez uma síntese do dossiê apresentado pela Associação Comercial e pela CDL; sugeriu que, através do levantamento apresentado no dossiê, a Prefeitura tivesse como sancionada uma legislação específica para tributação a fim de que seja realmente tributado o caso das feiras que venham para Ouro Preto. Segundo ele, não seria a proibição das feiras que, na verdade, isso é constitucional, mas sim uma forma de que isso fosse tributado e, além disso, que a Feira pagasse um alvará de localização que fosse mais representativo pelo volume de negociação de feira. Conforme ele, isso através de um Projeto de Lei do qual a própria Associação e CDL já apresentam aqui. Falou que esse anteprojeto é apenas uma minuta a ser analisada por todas as comissões desta Casa, emendada e inclusive com a participação dos comerciantes nas comissões. Explicou como se dá entrada a um Projeto de Lei e sobre a tramitação do mesmo. Propôs que os representantes da Associação e da CDL tivessem dez minutos nas reuniões de Comissão em que a Lei fosse tramitar. O que foi aceito pelos vereadores presidentes das Comissões Permanentes. Márcio Abud falou que na documentação entregue ainda não tem uma proposta de lei porque seria muita pretensão chegarem já com uma sugestão de lei. O que eles apresentaram são cinco leis de cidades diferentes. Fez a seguinte proposta: se a comissão aceitar que a Associação e a CDL trariam uma minuta para que a Câmara pudesse debater. Disse que aceitava o convite para participar na elaboração do trabalho. Vereador Gleiser Boroni sugeriu, enquanto presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que se forem comprovadas as denúncias existentes no dossiê, deveriam avaliar se essa alvará concedido poderia se manter. Falou que é uma situação que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação deveria avaliar. Achava que poderia estar havendo alguma solução de imediato, porque agora tiveram conhecimento de um dossiê farto. Tendo em vista o dossiê, o Vereador falou que, se imediato pudessem tomar alguma providência, não no sentido de lesar a dona da Feira, mas se ela não estiver cumprindo o Código Tributário Municipal e a Legislação Municipal, a solução de imediato é que ela tenha o alvará suspenso até que se adapte. Vereador Jarbas Eustáquio falou que o requerimento citado no início desta Audiência Pública pelo Vereador Gleiser contava com dezesseis assinaturas de vereadores, o que prova, juntamente com o clamor do comércio e com a ameaça aos empregos, é que o assunto será resolvido. Vereador Sival disse que: o assunto já vinha sendo debatido no Legislativo; estava disposto a ajudar no que era de interesse dos comerciantes, funcionários e da comunidade em geral. Fizeram algumas considerações de encerramento: o Dr. Oscar, presidente da CDL de Cachoeira do Campo e o Dr. Alexandre, advogado da CDL. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente Audiência Pública que foi lavrada por Rosângela Arlinda Estanislau, Agente legislativo I, no dia 08 de agosto de 2005.